



Diário da Justiça

ESTADO DA PARAÍBA

SEGUNDO CADERNO

Nº 13.264

João Pessoa - Domingo, 22 de Março de 2009

Preço: R\$ 2,00



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA

Rua: Rodrigues de Aquino s/n - Centro
CEP: 58.013-30 - João Pessoa-PB
Fone: (83) 2107-6000
[Internet: www.pgj.pb.gov.br](http://www.pgj.pb.gov.br)

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Procuradora-Geral de Justiça:

Proc. Janete Maria Ismael da Costa Macedo

Subprocurador-Geral de Justiça:

Proc. José Roseno Neto

Corregedor-Geral do Ministério Público:

Proc. Paulo Barbosa de Almeida

Secretário-Geral:

Prom. Cláudio Antonio Cavalcanti

1º C A O P - João Pessoa

Coordenador:

Prom. Hamilton de Souza Neves Filho

2º C A O P - Campina Grande

Coordenador:

Prom. José Eulámpio Duarte

PROCURADORIAS CÍVEIS

1ª CÂMARA CÍVEL:

Proc. Janete Maria Ismael da Costa Macedo
Proc. Sônia Maria Guedes Alcoforado
Proc. Otanilza Nunes de Lucena

2ª CÂMARA CÍVEL:

Proc. Lúcia de Fátima Maia de Farias
Proc. Nelson Antônio Cavalcante Lemos
Proc. Francisco Sagres Macedo Vieira

3ª CÂMARA CÍVEL:

Proc. Doriel Veloso Gouveia
Proc. Marcus Vilar Souto Maior
Proc. Alcides Orlando de Moura Jansen

4ª CÂMARA CÍVEL:

Proc. José Raimundo de Lima
Proc. Risalva da Câmara Torres
Proc. José Roseno Neto

PROCURADORIA CRIMINAL:

Proc. José Marcos Navarro Serrano
Proc. Josélia Alves de Freitas
Proc. Kátia Rejane Medeiros Lira de Lucena
Proc. Álvaro Cristino Pinto Gadelha Campos
Proc. Paulo Barbosa de Almeida
Proc. Antonio de Pádua Torres
Proc. Maria Lurdélia Diniz de Albuquerque Melo

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Proc. Janete Maria Ismael da Costa Macedo (Presidente)
Proc. Paulo Barbosa de Almeida
Proc. Francisco Sagres Macedo Vieira
Proc. José Raimundo de Lima
Proc. Lúcia de Fátima Maia de Farias
Proc. Nelson Antonio Cavalcante Lemos
Proc. Otanilza Nunes de Lucena
Prom. Cláudio Antonio Cavalcanti (Secretário)

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 456/2009 João Pessoa, 17 de março de 2009. A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA, no uso das atribuições legais, **RESOLVE** alterar a Portaria nº 346/09, de 03.03.09, que designou os Promotores de Justiça, para exercerem atribuições como Promotores Plantonistas, referente ao mês de março de 2009 na seguinte região:

1ª REGIÃO - CABEDELO, BAYEUX, JOÃO PESSOA e SANTA RITA	
DATA	PLANTONISTA
28 e 29/03/09	3ª Promotoria de Justiça da Fazenda Pública da Capital Dr. Edmilson de Campos Leite Filho

2ª REGIÃO - ALHANDRA, CAAPORÁ, CRUZ DO ESPIRITO SANTO, GURINHÉM, ITABAIANA, JACARAÚ, LUCENA, MAMANGUAPE, PEDRAS DE FOGO, PILAR, RIO TINTO e SAPE	
DATA	PLANTONISTA
21 e 22/03/09	Promotoria de Justiça de Lucena Dra. Ilcléia Cruz de Souza Neves
28 e 29/03/09	2ª Promotoria de Justiça de Itabaiana Dr. Manoel Henrique Sereja da Silva

7ª REGIÃO - SOUSA, BONITO DE SANTA FÉ, BREJO DO CRUZ, CAJAZEIRAS, CATOLÉ DO ROCHA, PAULISTA, POMBAL, SÃO BENTO, SÃO JOÃO DO RIO PEIXE, SÃO JOSÉ DE PIRANHAS e UIRAUNA	
DATA	PLANTONISTA
21 e 22/03/09	4ª Promotoria de Justiça de Sousa Dra. Cláudia de Souza Cavalcanti Bezerra Viegas

CUMPRASE PUBLIQUE-SE
JANETE MARIA ISMAEL DA COSTA MACEDO
Procuradora-Geral de Justiça

JUSTIÇA FEDERAL

1ª. VARA FEDERAL DR. JOAO BOSCO MEDEIROS DE SOUSA Juiz Federal Nº. Boletim 2009.000022

FICAM INTIMADAS AS PARTES E SEUS ADVOGADOS DAS SENTENÇAS/DECISÕES/DESPACHOS NOS AUTOS ABAIXO RELACIONADOS PROFERIDOS PELO MM. JUIZ FEDERAL DR. JOAO BOSCO MEDEIROS DE SOUSA

Expediente do dia 17/03/2009 16:04

97 - EXECUÇÃO/CUMPRIMENTO DE SENTENÇA

1 - 2003.82.00.009083-8 HELIO FERRAZ DE ALBUQUERQUE (Adv. JURANDIR PEREIRA DA SILVA, CICERO RICARDO ANTAS A CORDEIRO, IVO CASTELO BRANCO PEREIRA DA SILVA, ANDRE CASTELO BRANCO PEREIRA DA SILVA) x INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL - INSS (Adv. MARIA DAS DORES VIANA MONTENEGRO). 2.A determinação do valor da condenação referente à obrigação de pagar depende neste caso, tão-somente, de cálculo aritmético, fazendo-se necessária a apresentação de pedido expresse do(a)s credor(a)s para cumprimento do título judicial nessa parte, acompanhado de memória discriminada e atualizada do cálculo. 3.Isto posto, declaro satisfeita a obrigação de fazer e concedo um prazo de 15 (quinze) dias para que o credor requeira o cumprimento do julgado referente à obrigação de pagar contra a Fazenda Pública, na forma do CPC, art. 730, instruindo o seu pedido com planilha discriminada e atualizada de cálculo...

FICAM INTIMADAS AS PARTES E SEUS ADVOGADOS DAS SENTENÇAS/DECISÕES/DESPACHOS NOS AUTOS ABAIXO RELACIONADOS PROFERIDOS PELO MM. JUIZ FEDERAL BIANOR ARRUDA BEZERRA NETO

Expediente do dia 17/03/2009 16:04

73 - EMBARGOS À EXECUÇÃO

2 - 2005.82.00.008595-5 UNIÃO (Adv. ALMIRO VIEIRA CARNEIRO) x SÉRGIO DANTAS D. CARNEIRO E OUTROS (Adv. JOSE RAMOS DA SILVA, EDVAN CARNEIRO DA SILVA, YURI PORFIRIO CASTRO DE ALBUQUERQUE, F. SARMENTO ADVOGADOS ASSOCIADOS). ... 4- Vista aos embargados sobre a petição e documentos (fls. 106/113) da União.

3 - 2005.82.00.008600-5 UNIÃO (Adv. ALMIRO VIEIRA CARNEIRO) x SONIA MARIA BEZERRA SILVA E OUTROS (Adv. JOSE RAMOS DA SILVA, EDVAN CARNEIRO DA SILVA, YURI PORFIRIO CASTRO DE ALBUQUERQUE, F. SARMENTO ADVOGADOS ASSOCIADOS, YANE CASTRO DE ALBUQUERQUE). ... 4- Vista aos embargados sobre a petição e documentos (fls. 119/126) da União.

4 - 2005.82.00.010483-4 UNIAO (MINISTERIO DA SAUDE) (Adv. ALMIRO VIEIRA CARNEIRO) x IRISMAR LOBO DA SILVA (Adv. JOSE RAMOS DA SILVA, YURI PORFIRIO CASTRO DE ALBUQUERQUE, EDVAN CARNEIRO DA SILVA, F. SARMENTO ADVOGADOS ASSOCIADOS, YANE CASTRO DE ALBUQUERQUE, GIOVANNA PAIVA PINHEIRO DE ALBUQUERQUE BEZERRA) x IOLANDA FERNANDES DA SILVA E OUTROS (Adv. JOSE RAMOS DA SILVA, YURI PORFIRIO CASTRO DE ALBUQUERQUE, EDVAN CARNEIRO DA SILVA, F. SARMENTO ADVOGADOS ASSOCIADOS, YANE CASTRO DE ALBUQUERQUE, GIOVANNA PAIVA PINHEIRO DE ALBUQUERQUE BEZERRA). ... 06.- Isto posto, defiro o pedido de pagamento dos valores incontroversos apurados em favor dos Embargados (fls. 203/209), cuja requisição de pagamento deverá ser feita nos autos principais (Processo nº 2005.82.00.000634-4), razão pela qual determino o traslado das seguintes peças: cálculos (fls. 147/183), sentença (fls. 191/196), petição (fls. 203/211) e desta decisão, para os autos principais. 07.- Quanto ao pedido de retenção da verba referente aos honorários contratuais, defiro-o, mediante a apresentação em juízo dos respectivos contratos de prestação de serviço profissional advocatício firmados com os embargados, cuja apresentação deverá ser feita antes da expedição da requisição de pagamento ao e. TRF da 5ª Região, nos termos do art. 22, § 4º da Lei nº 8.806/94. 08.- Defiro os pedidos de juntada do termo de subestabelecimento (fls. 210) e de renúncia (fls. 211) dos honorários advocatícios contratuais e da sucumbência...

5 - 2005.82.00.010723-9 UNIÃO (Adv. ALMIRO VIEIRA CARNEIRO) x LIGIA DO REGO BARROS E OUTROS (Adv. JOSE RAMOS DA SILVA, EDVAN CARNEIRO DA SILVA, YURI PORFIRIO CASTRO DE ALBUQUERQUE, F. SARMENTO ADVOGADOS ASSOCIADOS, YANE CASTRO DE ALBUQUERQUE). ... 4- Vista aos embargados sobre a petição e documentos (fls. 147/155) da União.

6 - 2005.82.00.010728-8 UNIÃO (Adv. ALMIRO VIEIRA CARNEIRO) x MARIA SALETE SANTOS DE MOURA E OUTROS (Adv. JOSE RAMOS DA SILVA, EDVAN CARNEIRO DA SILVA, YURI PORFIRIO CASTRO DE ALBUQUERQUE, F. SARMENTO ADVOGADOS ASSOCIADOS, YANE CASTRO DE ALBUQUERQUE, GIOVANNA PAIVA PINHEIRO DE ALBUQUERQUE BEZERRA). ... 06.- Isto posto, defiro o pedido de pagamento dos valores incontroversos apurados em favor dos Embargados (fls. 203/209), cuja requisição de pagamento deverá ser feita nos autos principais (Processo nº 2005.82.00.000414-1), razão pela qual determino o traslado das seguintes peças: cálculos (fls. 148/182), sentença (fls. 190/195), petição (fls. 203/211) e desta decisão, para os autos principais. 07.- Quanto ao pedido de retenção da verba referente aos honorários contratuais, defiro-o, mediante a apresentação em juízo dos respectivos contratos de prestação de serviço profissional advocatício firmados com os embargados, cuja apresentação deverá ser feita antes da expedição da requisição de pagamento ao e. TRF da 5ª Região, nos termos do art. 22, § 4º da Lei nº 8.806/94. 08.- Defiro os pedidos de juntada do termo de subestabelecimento (fls. 210) e de renúncia (fls. 211) dos honorários advocatícios contratuais e da sucumbência...

7 - 2005.82.00.010758-6 UNIAO (MINISTERIO DA SAUDE) (Adv. ALMIRO VIEIRA CARNEIRO) x MARIA DE LOURDES BENICIO NOBREGA E OUTROS (Adv. JOSE RAMOS DA SILVA, YURI PORFIRIO CASTRO DE ALBUQUERQUE, EDVAN CARNEIRO DA SILVA, F. SARMENTO ADVOGADOS ASSOCIADOS, YANE CASTRO DE ALBUQUERQUE, GIOVANNA PAIVA PINHEIRO DE ALBUQUERQUE BEZERRA). ... 06.- Isto posto, defiro o pedido de pagamento dos valores incontroversos apurados em favor dos Embargados (fls. 200/206), cuja requisição de pagamento deverá ser feita nos autos principais (Processo nº 2005.82.00.001037-2), razão pela qual determino o traslado das seguintes peças: cálculos (fls. 145/177), sentença (fls. 187/192), petição (fls. 200/208) e desta decisão, para os autos principais. 07.- Quanto ao pedido de retenção da verba referente aos honorários contratuais, defiro-o, mediante a apresentação em juízo dos respectivos contratos de prestação de serviço profissional advocatício firmados com os embargados, cuja apresentação deverá ser feita antes da expedição da requisição de pagamento ao e. TRF da 5ª Região, nos termos do art. 22, § 4º da Lei nº 8.806/94. 08.- Defiro os pedidos de juntada do termo de subestabelecimento (fls. 207) e de renúncia (fls. 208) dos honorários advocatícios contratuais e da sucumbência...

8 - 2005.82.00.011095-0 UNIÃO (Adv. ALMIRO VIEIRA CARNEIRO) x FRANCISCA LUNA CLAUDINO PEREIRA PALITOT E OUTROS (Adv. JOSE RAMOS DA SILVA, EDVAN CARNEIRO DA SILVA, YURI PORFIRIO CASTRO DE ALBUQUERQUE, F. SARMENTO ADVOGADOS ASSOCIADOS, YANE CASTRO DE ALBUQUERQUE). ... 4- Vista aos embargados sobre a petição e documentos (fls. 135/142) da União.

9 - 2005.82.00.011102-4 UNIAO (MINISTERIO DA SAUDE) (Adv. ALMIRO VIEIRA CARNEIRO) x CLAUDIO DOS SANTOS E OUTROS (Adv. JOSE RAMOS DA SILVA, YURI PORFIRIO CASTRO DE ALBUQUERQUE, EDVAN CARNEIRO DA SILVA, GIOVANNA PAIVA PINHEIRO DE ALBUQUERQUE BEZERRA). ... 06.- Isto posto, defiro o pedido de pagamento dos valores incontroversos apurados em favor dos Embargados (fls. 199/205), cuja requisição de pagamento deverá ser feita nos autos principais (Processo nº 2005.82.00.001147-9), razão pela qual determino o traslado das seguintes peças: cálculos (fls. 186/191), sentença (fls. 139/174), petição (fls. 199/207) e desta decisão, para os autos principais. 07.- Quanto ao pedido de retenção da verba referente aos honorários contratuais, defiro-o, mediante a apresentação em juízo dos respectivos contratos de prestação de serviço profissional advocatício firmados com os embargados, cuja apresentação deverá ser feita antes da expedição da requisição de pagamento ao e. TRF da 5ª Região, nos termos do art. 22, § 4º da Lei nº 8.806/94. 08.- Defiro os pedidos de juntada do termo de subestabelecimento (fls. 206) e de renúncia (fls. 207) dos honorários advocatícios contratuais e da sucumbência...

10 - 2005.82.00.011103-6 UNIAO (MINISTERIO DA SAUDE) (Adv. ALMIRO VIEIRA CARNEIRO) x JOSÉ FRANCISCO DA SILVA E OUTROS (Adv. JOSE RAMOS DA SILVA, YURI PORFIRIO CASTRO DE ALBUQUERQUE, EDVAN CARNEIRO DA SILVA, F. SARMENTO ADVOGADOS ASSOCIADOS, YANE CASTRO DE ALBUQUERQUE, GIOVANNA PAIVA PINHEIRO DE ALBUQUERQUE BEZERRA). ... 06.- Isto posto, defiro o pedido de pagamento dos valores incontroversos apurados em favor dos Embargados (fls. 199/204), cuja requisição de pagamento deverá ser feita nos autos principais (Processo nº 2005.82.00.000631-9), razão pela qual determino o traslado das seguintes peças: cálculos (fls. 154/179), sentença (fls. 187/192), petição (fls. 199/204) e desta decisão, para os autos principais. 07.- Quanto ao pedido de retenção da verba referente aos honorários contratuais, defiro-o, mediante a apresentação em juízo dos respectivos contratos de prestação de serviço profissional advocatício firmados com os embargados, cuja apresentação deverá ser feita antes da expedição da requisição de pagamento ao e. TRF da 5ª Região, nos termos do art. 22, § 4º da Lei nº 8.806/94. 08.- Defiro os pedidos de juntada do termo de subestabelecimento (fls. 205) e de renúncia (fls. 206) dos honorários advocatícios contratuais e da sucumbência...

11 - 2005.82.00.011293-4 UNIAO (MINISTERIO DA SAUDE) (Adv. ALMIRO VIEIRA CARNEIRO) x MARIANGELA DE ALBUQUERQUE CAVALCANTI MENDES E OUTROS (Adv. JOSE RAMOS DA SILVA, YURI PORFIRIO CASTRO DE ALBUQUERQUE, EDVAN CARNEIRO DA SILVA, F. SARMENTO ADVOGADOS ASSOCIADOS, YANE CASTRO DE ALBUQUERQUE). ... 4- Vista aos embargados sobre a petição e documentos (fls. 127/134) da União.

12 - 2005.82.00.011339-2 UNIAO (MINISTERIO DA SAUDE) (Adv. ALMIRO VIEIRA CARNEIRO) x MARCIA DE MEDEIROS SANTIAGO E OUTROS (Adv. JOSE RAMOS DA SILVA, YURI PORFIRIO CASTRO DE ALBUQUERQUE, EDVAN CARNEIRO DA SILVA, F. SARMENTO ADVOGADOS ASSOCIADOS, YANE CASTRO DE ALBUQUERQUE, GIOVANNA PAIVA PINHEIRO DE ALBUQUERQUE BEZERRA). ... 06.- Isto posto, defiro o pedido de pagamento dos valores incontroversos apurados em favor dos Embargados (fls. 187/195), cuja requisição de pagamento deverá ser feita nos autos principais (Processo nº 2005.82.00.001067-0), razão pela qual determino o traslado das seguintes peças: cálculos (fls. 138/164), sentença (fls. 174/179), petição (fls. 187/195) e desta decisão, para os autos principais. 07.- Quanto ao pedido de retenção da verba referente aos honorários contratuais, defiro-o, mediante a apresentação em juízo dos respectivos contratos de prestação de serviço profissional advocatício firmados com os embargados, cuja apresentação deverá ser feita antes da expedição da requisição de pagamento ao e. TRF da 5ª Região, nos termos do art. 22, § 4º da Lei nº 8.806/94. 08.- Defiro os pedidos de juntada do termo de subestabelecimento (fls. 194) e de renúncia (fls. 195) dos honorários advocatícios contratuais e da sucumbência...

13 - 2005.82.00.011377-0 UNIÃO (Adv. ALMIRO VIEIRA CARNEIRO) x MARIA DAS GRAÇAS MELO ROCHA E OUTROS (Adv. JOSE RAMOS DA SILVA, EDVAN CARNEIRO DA SILVA, YURI PORFIRIO CASTRO DE ALBUQUERQUE, F. SARMENTO ADVOGADOS ASSOCIADOS, YANE CASTRO DE ALBUQUERQUE). ... 4- Vista aos embargados sobre a petição e documentos (fls. 124/131) da União.

14 - 2005.82.00.011392-6 UNIAO (MINISTERIO DA SAUDE) (Adv. ALMIRO VIEIRA CARNEIRO) x GERALDO ROSAS DE OLIVEIRA E OUTROS (Adv. JOSE RAMOS DA SILVA, EDVAN CARNEIRO DA SILVA, YURI PORFIRIO CASTRO DE ALBUQUERQUE, F. SARMENTO ADVOGADOS ASSOCIADOS, YANE CASTRO DE ALBUQUERQUE).

ALEXEI RAMOS DE AMORIM-28
 ALFREDO ALEXSANDRO C. L. PORDEUS-44
 ALTAMIRO CAVALCANTI-49
 ANDRE CASTELO BRANCO PEREIRA DA SILVA-18,43
 ANTONIO EMIDIO FILHO-1,8
 CARLOS ANTONIO DE ARAUJO BONFIM-4
 CELEIDE QUEIROZ E FARIAS-39
 CELIO GONCALVES VIEIRA-28
 CICERO RICARDO ANTAS A CORDEIRO-19,20,25,26,43,50
 CLAUDIONOR VITAL PEREIRA-41
 DOUGLAS ANTERIO DE LUCENA-24
 EURINALDA AGRA DE SOUZA-12
 FABIO JOSE DE SOUZA ARRUDA-29
 FRANCISCO BARBOSA DE MENDONCA-2
 FRANCISCO DAS CHAGAS BATISTA LEITE-32
 FRANCISCO DAS CHAGAS NUNES-15
 FRANCISCO NUNES SOBRINHO-17
 FRANCISCO TORRES SIMOES-46
 GILMAR SOBREIRA GOMES-38
 GILVAN PEREIRA DE MORAES-40,42
 GIOVANE ARRUDA GONCALVES-5,37
 GUSTAVO COSTA VASCONCELOS-30
 HEITOR CABRAL DA SILVA-15
 HILDEBRANDO DINIZ ARAUJO-2
 INALDA AUGUSTA MOREIRA-35
 INALDA NUNES DA SILVA-16
 ISAAC MARQUES CATÃO-6,34
 ISMALDO ISIDRO DOS SANTOS-9
 IVO CASTELO BRANCO PEREIRA DA SILVA-18
 IVO CASTELO FRANCO PEREIRA DA SILVA-43
 JAIME MARTINS PEREIRA JUNIOR-3
 JAIRO DE OLIVEIRA SOUZA-41
 JOAO BATISTA COSTA DE ARAUJO-12
 JOAO FELICIANO PESSOA-5,10,45
 JOÃO VICENTE MURINELLI NEBIKER-23
 JOSE COSME DE MELO FILHO-2
 JOSE MARTINS DA SILVA-10
 JOSEFA INES DE SOUZA-11
 JOSIVAL PEREIRA DA SILVA-21
 JURANDIR PEREIRA DA SILVA-10,18,19,20,25,26,43,50
 JUSTINO DE SALES PEREIRA-35
 KELLY CHRISTINE LEAL DE SANTANA FERNANDES-14
 LEIDSON FARIAS-39,46
 LEILA REGINA DE BRITO ANDRADE-34
 MABEL NUNES ROCHA-4
 MANOEL FELIX NETO-12
 MANOEL RODRIGUES DE PAULO-1,8
 MARCIO BIZERRA WANDERLEY-3
 MARCONI LEAL EULALIO-47
 MARCOS ANTONIO INACIO DA SILVA-27,31
 MARCOS CALUMBI NOBREGA DIAS-47
 MARIA AUXILIADORA CABRAL-38
 MARIA BERNADETE NEVES DE BRITO-12
 MARIA DO SOCORRO LEITE FRAGOSO-38
 MARLY PEIXOTO DA COSTA-48
 NORBERT WIJENER DE OLIVEIRA-40
 PAULO ANDRÉ CARNEIRO DE ALBUQUERQUE-23
 PAULO EDSON DE SOUZA GOIS-12
 PAULO GUEDES PEREIRA-32
 PEDRO GONCALVES DIAS NETO-7
 PERACIO BEZERRA DA SILVA-36
 RENILDA LUNA E SILVA-39
 RINALDO BARBOSA DE MELO-21,22,35
 RIVANA CAVALCANTE VIANA-18,19,20,25,26
 ROSENO DE LIMA SOUSA-9,13,45,48
 ROSSANDRO FARIAS AGRA-14
 SABINO RAMALHO LOPES-37
 SEBASTIAO ARAUJO DE MARIA-41
 SEBASTIAO SOUZA DE GOIS-12
 SEM ADVOGADO-7,14,21,27,28,30,31,44
 SEM PROCURADOR-11,12,13,16,17,18,19,20,21,22,23,24,25,26,29,32,33,35,36,40,41,42,43,49,50
 TALS CATAO MONTE RASO-2
 THELIO FARIAS-39
 VITAL BEZERRA LOPES-6,34
 VLADIMIR ATAIDE DA SILVA-16
 WELLINGTON MARQUES LIMA FILHO-30

Setor de Publicaçao
DRA. MAGALI DIAS SCHERER
 Diretor(a) da Secretaria
 6ª. VARA FEDERAL

**PODER JUDICIÁRIO
 JUSTIÇA FEDERAL
 SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA - 10ª VARA**

EDITAL DE CITAÇÃO Nº EFT.0010.000085-2/2009
Prazo: 30 (trinta) dias

DATA: 19/03/2009
PROCESSO 2008.82.01.000705-0 APENSOS
CLASSE 99
DESCRIÇÃO DA AÇÃOEXECUÇÃO FISCAL
EXEQUENTE: ANP - AGENCIA NACIONAL DO PETROLEO, GÁS NATURAL E BIOCMBUSTIVEIS
EXECUTADO: POSTO FUTURAMA LTDA

CITAÇÃO DEPOSTO FUTURAMA LTDA - CNPJ: 08.967.804/0001-76
NATUREZA DA DÍVIDAMulta
CDA30107038236, 30107041709

Citação para, no prazo de 05 (cinco) dias, pagar a dívida de R\$ 42.399,85 (Quarenta e dois mil, trezentos e noventa e nove reais e oitenta e cinco centavos), com juros, correção e encargos legais ou garantir a execução acima referida.
MARCONI PEREIRA DE ARAUJO
 Diretor de Secretaria da 10ª Vara

**PODER JUDICIÁRIO
 JUSTIÇA FEDERAL
 SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA - 10ª VARA**

EDITAL DE CITAÇÃO Nº EFT.0010.000085-2/2009
Prazo: 30 (trinta) dias

DATA: 19/03/2009
PROCESSO 2008.82.01.000705-0 APENSOS
CLASSE 99
DESCRIÇÃO DA AÇÃOEXECUÇÃO FISCAL
EXEQUENTE: ANP - AGENCIA NACIONAL DO PETROLEO, GÁS NATURAL E BIOCMBUSTIVEIS
EXECUTADO: POSTO FUTURAMA LTDA
CITAÇÃO DEPOSTO FUTURAMA LTDA - CNPJ: 08.967.804/0001-76
NATUREZA DA DÍVIDAMulta
CDA30107038236, 30107041709
 Citação para, no prazo de 05 (cinco) dias, pagar a dívida de R\$ 42.399,85 (Quarenta e dois mil, trezentos e noventa e nove reais e oitenta e cinco centavos), com juros, correção e encargos legais ou garantir a execução acima referida.
MARCONI PEREIRA DE ARAUJO
 Diretor de Secretaria da 10ª Vara

**PODER JUDICIÁRIO
 JUSTIÇA FEDERAL
 SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA - 10ª VARA**

EDITAL DE INTIMAÇÃO Nº EFT.0010.000086-7/2009
Prazo: 10 (dez) dias

DATA: 19/03/2009
PROCESSO 00.0011693-9 APENSOS
CLASSE 99
DESCRIÇÃO DA AÇÃOEXECUÇÃO FISCAL
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: ORLANDO CABRAL DE GOIS
INTIMAÇÃO DEORLANDO CABRAL DE GOIS, CPF/CGC: 026.598.674-53
CDA42186000013
FINALIDADEIntimar do ato judicial proferido por este Juízo, cujo teor é o seguinte: “ (...)Isso posto, quanto ao crédito cobrado no presente feito, após a prévia oitiva da Fazenda Pública (art. 40, §4º da LEF), reconheço de ofício a prescrição intercorrente, julgando o processo, com resolução de mérito, com fulcro no art. 174 do Código Tributário Nacional e com base nos arts. 219, §5º e 269, IV, do Código de Processo Civil. Sem condenação em honorários, tendo em vista que o reconhecimento da prescrição intercorrente se deu ex officio, após a oitiva da Fazenda Pública, e não por provocação do(a) Executado(a), não restando o(a) Exequite vencida ou sucumbente nos moldes do art. 20 do CPC. P. R. I. Sentença não sujeita ao duplo grau obrigatório (art. 475, §§2º e 3º, do CPC). Transitada em julgado, certifique-se, levante-se eventual constrição, dê-se baixa e arquivem-se os autos com as cautelas legais.”.
 De ordem do(a) MM. Juiz(a) Federal
MARCONI PEREIRA DE ARAUJO
 Diretor(a) de Secretaria da 10ª Vara

**PODER JUDICIÁRIO
 JUSTIÇA FEDERAL
 SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA - 10ª VARA**

EDITAL DE INTIMAÇÃO Nº EFT.0010.000087-1/2009
Prazo: 10 (dez) dias

DATA: 19/03/2009
PROCESSO 00.0018739-9 APENSOS
Processo Apenso: 00.0018670-8
CLASSE 99
DESCRIÇÃO DA AÇÃOEXECUÇÃO FISCAL
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: TEREZINHA DA NOBREGA PEREIRA
INTIMAÇÃO DETEREZINHA DA NÓBREGA PEREIRA - CPF: 272.559.994-68
CDA42798003674
FINALIDADEIntimar do ato judicial proferido por este Juízo, cujo teor é o seguinte: “ (...)Isso posto, quanto ao crédito cobrado no presente feito, após a prévia oitiva da Fazenda Pública, reconheço de ofício a prescrição intercorrente, julgando o processo, com resolução do mérito, com base no §4º do art. 40 da Lei nº 6.830/80 c/c o art. 174 do CTN, bem como com esteio no art. 269, IV, do Código de Processo Civil. Sem condenação em honorários, tendo em vista que o reconhecimento da prescrição intercorrente se deu ex officio, e não por provocação do(a) Executado(a), não restando o(a) Exequite vencida ou sucumbente nos moldes do art. 20 do CPC. P. R. I. Sentença não sujeita ao duplo grau obrigatório (art. 475, §3º, do CPC). Transitada em julgado, certifique-se, levante-se a penhora, se houver, dê-se baixa e arquivem-se os autos com as cautelas legais.”.
 De ordem do(a) MM. Juiz(a) Federal
MARCONI PEREIRA DE ARAUJO
 Diretor(a) de Secretaria da 10ª Vara

**PODER JUDICIÁRIO
 JUSTIÇA FEDERAL
 SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA - 10ª VARA**

EDITAL DE INTIMAÇÃO Nº EFT.0010.000088-6/2009
Prazo: 10 (dez) dias

DATA: 19/03/2009 **PROCESSO 00.0015742-2**
 APENSOS **CLASSE 99**

DESCRIÇÃO DA AÇÃO **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: POMBAL AUTO PECAS LTDA
INTIMAÇÃO DEPOMBAL AUTO PEÇAS LTDA - CGC: 09.257.064/0001-47
CDA4269698755

FINALIDADEIntimar do ato judicial proferido por este Juízo, cujo teor é o seguinte: “1. Tendo em vista, o teor do requerimento do(a) exequirente de fls. 27/29, que a obrigação que deu ensejo à presente execução foi satisfeita com a quitação da dívida pelo(a)s) executado(a)s), julgo extinta, por sentença, a presente execução, para que produza seus jurídicos e legais efeitos (arts. 794, I e 795 do Código de Processo Civil). 2. Intime(m)-se o(a)s) executado(a)s) para efetuar(em) o pagamento das custas processuais no prazo de 15 (quinze) dias 3. Findo o prazo assinado no item supra sem que o(a)s) executado(a)s) tenha recolhido as custas devidas, certifique-se e, em seguida, proceda o Sr. Diretor de Secretaria na forma do art. 16 da Lei nº 9.289/96. 4. Com o trânsito em julgado, dê-se baixa e arquivem-se os autos. P. R. I.”.
 De ordem do(a) MM. Juiz(a) Federal
MARCONI PEREIRA DE ARAUJO
 Diretor(a) de Secretaria da 10ª Vara

**PODER JUDICIÁRIO
 JUSTIÇA FEDERAL
 SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA - 10ª VARA**

EDITAL DE INTIMAÇÃO Nº EFT.0010.000089-0/2009
Prazo: 10 (dez) dias

DATA: 19/03/2009
PROCESSO 00.0015696-5 APENSOS
CLASSE 99
DESCRIÇÃO DA AÇÃOEXECUÇÃO FISCAL
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: AM ENGENHARIA LTDA
INTIMAÇÃO DEAM ENGENHARIA LTDA, na pessoa de seu representante legal. - CGC: 12.940.599/0001-22
CDA42298058642
FINALIDADEIntimar do ato judicial proferido por este Juízo, cujo teor é o seguinte: “ (...) Isso posto, quanto ao crédito cobrado no presente feito, após a prévia oitiva da Fazenda Pública (art. 40, §4º da LEF), reconheço de ofício a prescrição intercorrente, julgando o processo, com resolução de mérito, com fulcro no art. 174 do Código Tributário Nacional e com base nos arts. 219, §5º e 269, IV, do Código de Processo Civil. Sem condenação em honorários, tendo em vista que o reconhecimento da prescrição intercorrente se deu ex officio, após a oitiva da Fazenda Pública, e não por provocação do(a) Executado(a), não restando o(a) Exequite vencida ou sucumbente nos moldes do art. 20 do CPC. P. R. I. Sentença não sujeita ao duplo grau obrigatório (art. 475, §2º, do CPC). Transitada em julgado, dê-se baixa e arquivem-se os autos com as cautelas legais.”.
 De ordem do(a) MM. Juiz(a) Federal
MARCONI PEREIRA DE ARAUJO
 Diretor(a) de Secretaria da 10ª Vara

**PODER JUDICIÁRIO
 JUSTIÇA FEDERAL
 SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA - 10ª VARA**

EDITAL DE INTIMAÇÃO Nº EFT.0010.000090-3/2009
Prazo: 10 (dez) dias

DATA: 19/03/2009
PROCESSO 2000.82.01.004093-4 APENSOS
CLASSE 99
DESCRIÇÃO DA AÇÃOEXECUÇÃO FISCAL
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: SERRARIA VITORIA IND E COM LTDA
INTIMAÇÃO DESERRARIA VITORIA IND E COM LTDA, na pessoa de seu representante legal. - CGC: 12.918.611/0001-00
CDA42699195268
FINALIDADEIntimar do ato judicial proferido por este Juízo, cujo teor é o seguinte: “ (...)Isso posto, quanto ao crédito cobrado no presente feito, após a prévia oitiva da Fazenda Pública (art. 40, §4º da LEF), reconheço de ofício a prescrição intercorrente, julgando o processo, com resolução de mérito, com fulcro no art. 174 do Código Tributário Nacional e com base nos arts. 219, §5º e 269, IV, do Código de Processo Civil. Sem condenação em honorários, tendo em vista que o reconhecimento da prescrição intercorrente se deu ex officio, após a oitiva da Fazenda Pública, e não por provocação do(a) Executado(a), não restando o(a) Exequite vencida ou sucumbente nos moldes do art. 20 do CPC. P. R. I. Sentença não sujeita ao duplo grau obrigatório (art. 475, §§2º e 3º, do CPC). Transitada em julgado, certifique-se, levante-se eventual constrição, dê-se baixa e arquivem-se os autos com as cautelas legais.”.
 De ordem do(a) MM. Juiz(a) Federal
MARCONI PEREIRA DE ARAUJO
 Diretor(a) de Secretaria da 10ª Vara

**PODER JUDICIÁRIO
 JUSTIÇA FEDERAL
 SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA - 10ª VARA**

EDITAL DE INTIMAÇÃO Nº EFT.0010.000091-8/2009
Prazo: 10 (dez) dias

DATA: 19/03/2009 **PROCESSO 00.0015960-3**
 APENSOS **CLASSE 99**

DESCRIÇÃO DA AÇÃO **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: SPOT LIGHT COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA e outro
INTIMAÇÃO DESPOT LIGHT COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA E OUTRO, na pessoa de seu representante legal. - CGC: 41.134.560/0001-16
CDA42298020831

FINALIDADEIntimar do ato judicial proferido por este Juízo, cujo teor é o seguinte: “ (...)Isso posto, quanto ao crédito cobrado no presente feito, após a prévia oitiva da Fazenda Pública (art. 40, §4º da LEF), reconheço de ofício a prescrição intercorrente, julgando o processo, com resolução de mérito, com fulcro no art. 174 do Código Tributário Nacional e com base nos arts. 219, §5º e 269, IV, do Código de Processo Civil. Sem condenação em honorários, tendo em vista que o reconhecimento da prescrição intercorrente se deu ex officio, após a oitiva da Fazenda Pública, e não por provocação do(a) Executado(a), não restando o(a) Exequite vencida ou sucumbente nos moldes do art. 20 do CPC. P. R. I. Sentença não sujeita ao duplo grau obrigatório (art. 475, §2º, do CPC). Transitada em julgado, dê-se baixa e arquivem-se os autos com as cautelas legais.”.

De ordem do(a) MM. Juiz(a) Federal
MARCONI PEREIRA DE ARAUJO
 Diretor(a) de Secretaria da 10ª Vara

**PODER JUDICIÁRIO
 JUSTIÇA FEDERAL
 SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA - 10ª VARA**

EDITAL DE INTIMAÇÃO Nº EFT.0010.000092-2/2009
Prazo: 10 (dez) dias

DATA: 19/03/2009
PROCESSO 00.0011841-9 APENSOS
CLASSE 99
DESCRIÇÃO DA AÇÃOEXECUÇÃO FISCAL
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: JAPIASSU PECAS E PNEUS LTDA
INTIMAÇÃO DEJAPIASSU PECAS E PNEUS LTDA, na pessoa de seu representante legal, CGC: 24.222.887/0001-20
CDA42696000561
FINALIDADEIntimar do ato judicial proferido por este Juízo, cujo teor é o seguinte: “ (...)Isso posto, quanto ao crédito cobrado no presente feito, após a prévia oitiva da Fazenda Pública (art. 40, §4º da LEF), reconheço de ofício a prescrição intercorrente, julgando o processo, com resolução de mérito, com fulcro no art. 174 do Código Tributário Nacional e com base nos arts. 219, §5º e 269, IV, do Código de Processo Civil. Sem condenação em honorários, tendo em vista que o reconhecimento da prescrição intercorrente se deu ex officio, após a oitiva da Fazenda Pública, e não por provocação do(a) Executado(a), não restando o(a) Exequite vencida ou sucumbente nos moldes do art. 20 do CPC. P. R. I. Sentença não sujeita ao duplo grau obrigatório (art. 475, §§2º e 3º, do CPC). Transitada em julgado, certifique-se, levante-se eventual constrição, dê-se baixa e arquivem-se os autos com as cautelas legais.”.

De ordem do(a) MM. Juiz(a) Federal
MARCONI PEREIRA DE ARAUJO
 Diretor(a) de Secretaria da 10ª Vara

**PODER JUDICIÁRIO
 JUSTIÇA FEDERAL
 SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA - 10ª VARA**

EDITAL DE INTIMAÇÃO Nº EFT.0010.000093-7/2009
Prazo: 10 (dez) dias

DATA: 19/03/2009
PROCESSO 00.0017961-2 APENSOS
CLASSE 99
DESCRIÇÃO DA AÇÃOEXECUÇÃO FISCAL
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: JAILTON MORAIS DE OLIVEIRA
INTIMAÇÃO DEJAILTON MORAIS DE OLIVEIRA, CPF: 215.737.604-63
CDA42197182212
FINALIDADEIntimar do ato judicial proferido por este Juízo, cujo teor é o seguinte: “ (...)Isso posto, quanto ao crédito cobrado no presente feito, após a prévia oitiva da Fazenda Pública (art. 40, §4º da LEF), reconheço de ofício a prescrição intercorrente, julgando o processo, com resolução de mérito, com fulcro no art. 174 do Código Tributário Nacional e com base nos arts. 219, §5º e 269, IV, do Código de Processo Civil. Sem condenação em honorários, tendo em vista que o reconhecimento da prescrição intercorrente se deu ex officio, após a oitiva da Fazenda Pública, e não por provocação do(a) Executado(a), não restando o(a) Exequite vencida ou sucumbente nos moldes do art. 20 do CPC. P. R. I. Sentença não sujeita ao duplo grau obrigatório (art. 475, §2º, do CPC). Transitada em julgado, dê-se baixa e arquivem-se os autos com as cautelas legais.”.

De ordem do(a) MM. Juiz(a) Federal
MARCONI PEREIRA DE ARAUJO
 Diretor(a) de Secretaria da 10ª Vara